

Termo de Referência 12/2023

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|---|-------------------------|--------------------------|
| 12/2023 | 130102-LABORATÓRIO FED. DE DEFESA AGROPECUÁRIA/SP | CAROLINE MACHADO LUNARO | 27/12/2023 09:47 (v 9.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--|-----------------------|-------------------------|
| II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo | | 21053.000310/2023-83 |

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Gases Especiais em proveito do LFDA/SP nos termos do Anexo I-A Listagem de Itens, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Os itens a serem adquiridos são os constantes do *Anexo I-A – Listagem de Itens* parte integrante deste Termo de Referência, sendo as colunas “QUANTIDADE TOTAL MÁXIMA” e “VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)” a serem considerados na respectiva Ata de Registro de Preço, englobando os quantitativos e valores máximos somados do Órgão Gerenciador e dos Órgãos Participantes (quando for o caso).

1.1.2. O pedido mínimo será o constante da coluna “REQUISICÃO MÍNIMA” na Demanda Total consolidada.

1.1.3 Havendo divergência entre a descrição do CATMAT e o descritivo constante do *Anexo I-A – Listagem de Itens*, prevalecerá a “DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO” deste Anexo do Termo de Referência. A avaliação e aceitação dos produtos ofertados no certame terão como requisito mínimo os estabelecidos neste Termo de Referência e no seu Anexo, sob pena de desclassificação.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Para os itens 1 e 8 relacionados no Anexo I-A do Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada nas Instruções Normativas nº. 11 e nº. 12 de abril de 2018 do IBAMA, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.(FTE 15-02.)

1.7.A empresa deve apresentar a Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede do licitante.

1.8. A Licença emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária deverá estar dentro do prazo de validade. Nos Estados ou Municípios em que os órgãos competentes não estabelecem validade para a Licença, deverá ser apresentada a respectiva comprovação legal.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023 sob o código DFD 17/2022 , conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

4.1.2. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

4.1.3. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.1.3.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.1.3.2. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

4.1.3.3. outras formas vedadas pelo poder público.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da solicitação, em remessa única, nos seguintes endereços:

5.1.1. LFDA-SP localizado na Rua Raul Ferrari s/n. Bairro Jardim Santa Marcelina, Campinas - SP, CEP 13100-105.

5.1.2. LFDA-SP localizado na Avenida Jundiaí, nº 733. Bairro Anhangabaú, Jundiaí - SP, CEP 13208-051.

5.2. O horário de entrega deverá ser das 08:00 às 11:30 ou das 13:00 às 16:00, de 2(s) às 6(s) feiras, conforme solicitação das bases físicas de Campinas e Jundiaí.

5.3. A contratada deve comprovar capacidade técnica suficiente para atendimento da contratação.

5.4. O material fornecido deve cumprir os critérios de segurança e de identificação estabelecidos pela Norma Regulamentadora NR-13.

5.5. Para os itens 1 e 8 do Anexo I-A, a contratada deve apresentar cadastro CTF/APP, de acordo com a Instrução Normativa n. 11 e n. 12 de abril de 2018 do IBAMA, tendo em vista que se enquadram na FTE 15-02.

5.6. Os cilindros que acondicionam os gases deverão ser fornecidos nas quantidades estipuladas para cada base física, conforme o Anexo I-A e a Tabela da Minuta de Contrato.

5.7. Após o término do contrato, os cilindros devem permanecer sob a guarda da contratante até que seu conteúdo seja totalmente utilizado, até o prazo de 6 meses após a finalização do contrato.

5.8. Os cilindros devem ser entregues lacrados e devem contar com os dispositivos de segurança e as características de identificação estabelecidos pela Norma Regulamentadora NR-13.

5.9. As embalagens não devem estar danificadas e os insumos devem estar devidamente acondicionados e em condições adequadas de conservação conforme indicado pelos fabricantes. Além de, atender às especificações determinadas no item 1 deste Termo de Referência e no Anexo I-A.

5.10. A quantidade estimada de cilindros a serem disponibilizados em regime de comodato, conforme itens do Anexo I-A, é de:

| ITEM | QUANTIDADE DE CILINDROS / BASE FÍSICA |
|------|--|
| 1 | 02 (duas) unidades em Jundiaí |
| 2 | 01 (uma) unidade em Jundiaí |
| 3 | 01 (uma) unidade em Jundiaí 02 (duas) unidades em Campinas |
| 4 | 02 (duas) unidades em Campinas |
| 5 | 01 (uma) unidade em Jundiaí |
| 6 | 20 (vinte) unidades em Campinas 02 (duas) unidades em Jundiaí |
| 7 | 01 (uma) unidade em Jundiaí |
| 8 | 04 (quatro) unidades em Campinas |
| 9 | 19 (dezenove) unidades em Campinas |
| 10 | 04 (quatro) unidades em Campinas |
| 11 | 03 (três) unidades em Campinas |
| 12 | 02 (duas) unidades em Campinas |

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 356.724,68

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 356.724,68 (TREZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAROLINE MACHADO LUNARO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 09:09:08.

MARINA CARAVATTO BARAS

Unidade Requisitante



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 09:32:38.

PATRICIA MIRANDA ZAMARIOLI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 09:09:10.

ANDRE DE OLIVEIRA MENDONCA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 09:47:13.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP65_2023 (1).pdf (666.36 KB)

Anexo I - ETP65_2023 (1).pdf

Estudo Técnico Preliminar 65/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 21053.000310/2023-83

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa para fornecimento de gases especiais, visando atender às atividades do LFDA-SP

O Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA-SP) é um dos seis laboratórios oficiais da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, os quais são unidades descentralizadas da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA) subordinadas à CGAL/DTEC/SDA/MAPA. Aos LFDAs, cabe promover o suporte laboratorial aos programas de competência da SDA, contribuindo para as ações de garantia da qualidade de insumos agropecuários, da promoção da saúde animal e vegetal e da garantia da inocuidade, qualidade e identidade dos produtos de origem animal e vegetal, com o fim de salvaguardar o desempenho econômico da atividade agropecuária e a segurança alimentar do consumidor.

Dentro desse contexto, o LFDA-SP presta apoio laboratorial aos seguintes departamentos da SDA: Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, Departamento de Saúde Animal e Insumos Pecuaríais, Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Esse apoio se dá por meio de análises laboratoriais fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico, da produção e manutenção de materiais de referência e da condução de estudos científicos voltados ao desenvolvimento e à atualização de métodos analíticos.

Para a condução adequada de tais atividades, é necessária a aquisição de gases especiais, de forma que sejam possíveis a operação de instrumentação analítica e demais equipamentos laboratoriais, a condução de atividades de preparo de amostras, o manejo de animais de laboratório e o resguardo das condições de biossegurança. Além disso, há necessidade de aquisição de material destinado às atividades de manutenção, para que sejam evitadas a deterioração do bem público e a interrupção das atividades laboratoriais ocasionadas pela falta de preservação adequada das instalações. O uso pretendido e as justificativas individuais para a solicitação de cada um dos itens podem ser consultadas na Coluna R da Listagem SEI 30513309

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|-----------------------------------|
| Serviço Técnico Laboratorial - SELAB/LFDA-SP | Maria de Fátima Martins Pinhel |
| Manutenção/Serviço Administrativo – MAN/SAD/LFDA-SP | Alessandra Barbosa Moro |
| Unidade de Análises Físico-Químicas de Bebidas e Vinagres - BEB | Romulo Cesar de Oliveira |
| Unidade de Controle de Produtos Biológicos - CPB | Henrique Paloschi Horta |
| Unidade de Fertilizantes, Corretivos e Substratos - FET | Eliezer Augusto Baeta de Oliveira |
| Unidade de Físico-química de Alimentos - FQA | Luís Henrique Simões |
| Unidade de Resíduos e Contaminantes em Alimentos - RCA | Vanessa Gonçalves dos Santos |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que as necessidades do LFDA/SP sejam adequadamente supridas, é necessário que a contratação abranja os seguintes aspectos:

- Os materiais adquiridos devem apresentar especificações necessárias ao uso ao qual se destinam, devendo ser fornecidos em quantidade suficiente para a condução das atividades laboratoriais durante a vigência do contrato. Tais especificações constam na Coluna E da Listagem SEI n. 30513309
- A contratada deve comprovar capacidade técnica suficiente para atendimento da contratação
- Levando em conta que estocagem de grandes números de cilindros de gases não é viável ou segura, é necessário que seja prevista entrega parcelada do material, de forma que o fornecimento seja feito a medida que o material é consumido.
- As dimensões e capacidade dos cilindros, bem como o número de cilindros a ser providenciado, devem ser compatíveis com a estrutura laboratorial disponível, o ritmo de consumo e a finalidade de uso do material.
- O prazo para entrega deve ser limitado o suficiente para evitar danos aos equipamentos, perda de insumos e amostras, paralisação de atividades e riscos à biossegurança decorrentes da falta de gases
- Tendo em vista que o LFDA-SP não dispõe de cilindros próprios em condições de uso, que a aquisição manutenção dos mesmos seria economicamente inviável e que o laboratório não tem condições para realizar os testes de segurança determinados pela NR-13, é necessário que a contratação contemple fornecimento de cilindros em comodato.
- O material fornecido deve cumprir os critérios de segurança e de identificação estabelecidos pela Norma Regulamentadora NR-13

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi feito durante a etapa da pesquisa de preços. Nessa fase, foram encaminhados emails solicitando orçamentos dos itens a serem contratados para 13 fornecedores do ramo (Emails SEI n. 30204916) e consultado o Banco de Preços (Relatório SEI n. 30205004). Parte dos fornecedores não retornou o contato ou declarou que não forneceria orçamento (Emails de Negativas de Fornecedores SEI n. 30204955). A listagem de empresas contatadas e o resultado de cada solicitação podem ser consultados no documento SEI n. 30205376 e os orçamentos recebidos, no documento SEI n. 30205198. Os fornecedores foram selecionados a partir de um Banco de Fornecedores que vem sendo compilado pelo órgão, que inclui empresas que participaram de licitações anteriores, empresas encontradas em ferramentas de busca na web e quaisquer outras empresas que atuem no ramo e sejam do conhecimento da área técnica. Foi buscado orçamento junto a todos os fornecedores dos seguimentos pertinentes que faziam parte do Banco.

O número restrito de propostas recebidas é esperado, tendo em vista que, mesmo determinando apenas requisitos indispensáveis para o material a ser contratado, tratam-se de itens especializados, inexistindo, assim, ampla gama de empresas que os comercialize. Ainda assim, foi possível a obtenção de pelo menos 3 orçamentos para quase todos os itens, à exceção do item 4. Para esse, por se tratar material que deve atender a parâmetros muito específico relacionados a seu uso em equipamento de alta complexidade, só foi possível a obtenção de um preço. Ainda assim, considerando que nem todos os licitantes em potencial encaminharam propostas durante o levantamento de mercado, é razoável concluir que, ainda que o número de orçamentos seja restrito, existe disponibilidade no mercado para a concorrência.

Embora a maior parte itens tenha valor estimado total inferior a R\$80.000,00, não será possível restringir a participação às micro e pequenas empresas, tendo em vista que não foi possível obtenção de ao menos 3 orçamentos fornecidos por empresas dessas categorias, conforme demonstrado na Planilha de Custos n. SEI 30205256. Assim, conclui-se que, para esses materiais, há número limitado de fornecedores que sejam micro ou pequenas empresas e tal restrição traria grande prejuízo à concorrência, diminuindo em muito o número de potenciais licitantes. Isso, certamente, impactaria de forma negativa no certame, por exemplo, aumentando o número de itens desertos ou com propostas inexequíveis.

6. Descrição da solução como um todo

- A contratada deve comprovar capacidade para atendimento da contratação de fornecimento de gases especiais mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica
- O prazo para entrega deve ser de 48 horas a contar da emissão do pedido pelo LFDA-SP, em remessa parcelada, conforme quantidade indicada na solicitação.
- O horário de entrega deverá ser das 08:00 às 11:30 ou das 13:00 às 16:00, de 2 (as) às 6 (as) feiras, em um dos seguintes endereços, conforme solicitação:
 - LFDA-SP/Base física de Jundiaí
 - Av. Jundiaí, n.773
 - Anhangabaú
 - CEP 13208-051
 - Jundiaí/SP
 -
 - LFDA/SP - Base física de Campinas

- R. Raul Ferrari, s/n
 - Jardim Santa Marcelina
 - CE 130100-105
 - Campinas/SP
- Despesas inerentes ao processo de logística do material ficam sob a responsabilidade da contratada. O processo de logística considera a entrega dos cilindros cheios e a retirada dos cilindros vazios.
 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta
 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - Os cilindros nos quais serão acondicionados os gases adquiridos deverão ser fornecidos em regime de comodato, sem ônus à contratante, nas quantidades abaixo estipuladas para cada base física:

| Item | Cilindros |
|------|-------------------------------|
| 1 | 02 - Jundiaí |
| 2 | 01 - Jundiaí |
| 3 | 01 - Jundiaí 02 - Campinas |
| 4 | 02 - Campinas |
| 5 | 01 - Jundiaí |
| 6 | 20 - Campinas 02 - Jundiaí |
| 7 | 01 - Jundiaí |
| 8 | 04 - Campinas |
| 9 | 19 - Campinas |
| 10 | 04 - Campinas |
| 11 | 03 - Campinas |
| 12 | 02 - Campinas |

- Após o término do contrato, os cilindros devem permanecer sob a guarda da contratante até que seu conteúdo seja totalmente utilizado, até o prazo de 6 meses após a finalização do contrato.
- Os cilindros devem ser entregues lacrados e devem contar com os dispositivos de segurança e as características de identificação estabelecidos pela Norma Regulamentadora NR-13.
- Para os itens 1 e 8, a contratada deve apresentar cadastro CTF/APP, de acordo com a Instrução Normativa n. 11 e n. 12 de abril de 2018 do IBAMA, tendo em vista que se enquadram na FTE 15-02

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em termos gerais, as quantidades solicitadas foram estimadas de acordo com a demanda prevista e o histórico de consumo, considerando as quantidades necessárias para 12 meses. O detalhamento das justificativas para as quantidades a serem adquiridas de cada um dos itens pode ser consultado na Coluna S da Listagem de Itens n. SEI 30513309 e no Anexo I - Memórias de Cálculo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 330.663,21

Para estimativa do valor da contratação, foi utilizado o Banco de Preços e, também, buscado orçamentos junto aos fornecedores do seguimento, de forma a obter um levantamento tão abrangente quanto possível. A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, podem ser consultadas na Planilha de Custos n. SEI 30205256, a qual apresenta a descrição dos objetos a serem contratados, identificação dos responsáveis pela pesquisa, caracterização das fontes consultadas e a série de preços coletados, constituindo uma memória de cálculo. A documentação que dá suporte à memória de cálculo consiste nos orçamentos relacionados no Relatório do Banco de Preços SEI n. 30205004 e na compilação de Orçamentos dos Fornecedores 30205198 e a metodologia empregada para determinação dos preços referenciais pode ser consultada no Anexo II - IT DLAB/044/005.

Cabe esclarecer que a consulta ao Pannel de Preços foi realizada indiretamente, por meio da ferramenta Banco de Preços, a qual atende aos os parâmetros estabelecidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020. Essa ferramenta, além de permitir a consulta aos mesmos dados do Pannel de Preços (e outros), apresenta recursos que facilitam a busca por materiais com especificações compatíveis com as solicitadas, em lugar de descrições genéricas, e permitem mais fácil acesso às informações das aquisições, caso sejam necessárias consultas às condições de fornecimento e outras que podem impactar nos valores obtidos. Dessa forma, é possível, a partir do mesmo conjunto de dados acessados pelo Pannel de Preços, obter estimativas mais adequadas às contratações pretendidas.

Além disso, é frequente que o Pannel de Preços apresente lentidão tal que, em diversos momentos, as consultas ficam inviáveis. Como a plena condução das atividades do LFDA-SP depende da aquisição periódica de centenas de itens diferentes e específicos, a atividade de pesquisa de preços demanda recursos humanos expressivos para que as requisições sejam atendidas tempestivamente. Considerando que recursos de pessoal são limitados, não é razoável os mesmos sejam subutilizados devido à morosidade e às limitações das ferramentas de busca. Assim, pelos motivos expostos, foi dada preferência para a consulta indireta do Pannel de Preços por meio do Banco de Preços, de forma que fossem otimizados recursos humanos, com fins de preservar a eficiência no serviço público, sem prejuízo aos resultados da estimativa de preços.

Antes de entrarem para a composição dos preços, os orçamentos foram submetidos a análise crítica pela unidade solicitante, de forma a avaliar as características dos produtos cotados, garantindo que os orçamentos obtidos fossem referentes apenas a materiais que atendam aos parâmetros de qualidade exigidos, sendo excluídos do cálculo valores referentes a materiais que não atendam aos critérios necessários. Essa avaliação pode ser consultada nos comentários da Planilha de Custos de n. SEI 30205256.

Nos casos em que a variação de preços foi superior a 25%, foi empregada a mediana em lugar da média dos valores, sendo essa uma estratégia estatística para que valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados sejam identificados de maneira objetiva e não participem da composição de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme a Lei 14.133/21, considerando que o parcelamento da solução é tecnicamente possível e economicamente vantajoso, a contratação foi dividida em parcelas que correspondem a cada um dos itens solicitados, de forma a permitir maior competitividade entre os fornecedores.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Todos os materiais solicitados constam no PGC 2023 sob o código DFD 17/2022. Essa aquisição alinha-se com o objetivo estratégico do Órgão de ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Condução adequada daquelas atividades laboratoriais descritas no item 4 que dependem de gases especiais, de forma a preservar a integridade da instrumentação analítica e demais equipamentos laboratoriais, evitar a paralisação das análises ou perda de amostras e insumos, permitir o manejo apropriado dos animais de laboratório, resguardar as condições de biossegurança e possibilitar atividades de manutenção das instalações.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas adequações do ambiente da organização ou outras providências a serem adotadas. As condições de infraestrutura já estão de acordo com o necessário para a utilização dos insumos e os colaboradores já são capacitados para utilizar os materiais em questão, os quais não necessitam de procedimentos de instalação ou outros que determinem quaisquer ajustes

14. Possíveis Impactos Ambientais

Tendo em vista que os itens 1 e 8 são materiais cujas atividades de extração, produção e transporte são potencialmente poluidoras, se enquadrando na FTE de código 15-2, é necessário que os fornecedores de tais itens apresentem cadastro CTF/APP, de acordo com a Instrução Normativa n. 11 e n. 12 de abril de 2018 do IBAMA.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando que a contratação em tela é fundamental para a condução de atividades essenciais do LFDA-SP, que não foram identificados impedimentos à ela e que o não atendimento a essa solicitação potencialmente determinaria prejuízos relacionados a danos em equipamentos e instalações, falhas de biossegurança, paralisação de atividades e perda de insumos e amostras, pode-se concluir que a contratação é viável

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARINA CARAVATTO BARAS

Chefe Substituta do SELAB

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

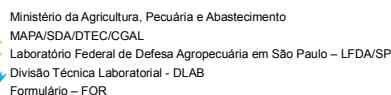
- Anexo I - Memória de Cálculo.pdf (175.89 KB)
- Anexo II - IT DLAB_044_005_Levantamento de Preços.pdf (385.45 KB)

Anexo I - Memória de Cálculo.pdf



FOR DLAB/017/001- Planejamento de consumo de reagentes/insumos

| Identificação do reagente/insumo | Método de ensaio em que é utilizado /Matriz | Consumo por método de ensaio (g/mg/mL/L ou outra unidade de medida) | Nº de replicatas por ensaio | Consumo total das replicatas (g/mg/mL/L ou outra unidade de medida) | Demanda de ensaios/ano | Total de consumo/ano (g/mg/mL/L ou outra unidade de medida) | |
|---|--|---|-----------------------------|---|------------------------|---|-------|
| Padrão MRC de acetaldeído | MET BEB/002- Bebidas destiladas | 1,2 ml | 1 | 1,2 ml | 12 | 14,4 | ml |
| Padrão MRC de acetato de etila | MET BEB/00 -Bebidas destiladas | 1 ml | 1 | 1 ml | 12 | 12 | ml |
| Padrão MRC de metanol | MET BEB/002- Bebidas destiladas e Bebidas alcoólicas por mistura | 0,1 ml | 1 | 0,1 ml | 12 | 1,2 | ml |
| Padrão MRC de metanol | MET BEB/002- Vinhos | 0,15 ml | 1 | 0,15 ml | 12 | 1,8 | ml |
| Padrão MRC de 2-butanol | MET BEB/002- Bebidas destiladas | 0,1 ml | 1 | 0,1 ml | 12 | 1,2 | ml |
| Padrão MRC de n-propanol | MET BEB/002- Bebidas destiladas | 1 ml | 1 | 1 ml | 12 | 12 | ml |
| Padrão MRC de isobutanol | MET BEB/002- Bebidas destiladas | 1 ml | 1 | 1 ml | 12 | 12 | ml |
| Padrão MRC de n-butanol | MET BEB/002- Bebidas destiladas | 0,1 ml | 1 | 0,1 ml | 12 | 1,2 | ml |
| Padrão MRC de álcool isoamílico | MET BEB/002- Bebidas destiladas | 1 ml | 1 | 1 ml | 12 | 12 | ml |
| Padrão MRC de Furfural | MET BEB/002- Bebidas destiladas | 1 ml | 1 | 0,1 ml | 12 | 1,2 | ml |
| Álcool etílico (grau CG) | MET BEB/002- Bebidas destiladas | 400 ml | 1 | 400 ml | 12 | 4800 | ml |
| Álcool etílico (grau CG) | MET BEB/002- Vinhos | 100 ml | 1 | 100 ml | 12 | 1200 | ml |
| Padrão MR de Carbamato de etila | MET BEB/020 Aguardente de cana e cachaças | 20 mg | 1 | 20 mg | 12 | 240 | mg |
| Carbamato de etila deuterado | MET BEB/020 Aguardente de cana e cachaças | 10 mg | 1 | 10 mg | 12 | 120 | mg |
| Padrão MRC Monoetilenoiglicol | MET BEB/022 - Cervejas | 0,5 mg | 1 | 0,5 mg | 12 | 6 | mg |
| Padrão MRC Dietilenoglicol | MET BEB/022 - Cervejas | 0,5 mg | 1 | 0,5 mg | 12 | 6 | mg |
| 1,4 Butanodiol | MET BEB/022 - Cervejas | 25 mg | 1 | 25 mg | 12 | 300 | mg |
| Gás Nitrogênio 5.0 | MET BEB/002- Bebidas destiladas e vinhos | 1000 cm³ | 1 | 1000 cm³ | 4 | 4000 | cm³ |
| Gás Ar sintético SS | MET BEB/002- Bebidas destiladas e vinhos | 1000 cm³ | 1 | 1000 cm³ | 12 | 12000 | cm³ |
| Gás Hidrogênio 5.0 | MET BEB/002- Bebidas destiladas e vinhos | 1000 cm³ | 1 | 1000 cm³ | 4 | 4000 | cm³ |
| Gás Hélio 5.0 | MET BEB/020 Aguardente de cana e cachaças e MET BEB/022 Cervejas | 1000 cm³ | 1 | 1000 cm³ | 4 | 4000 | cm³ |
| Padrão MRC solução tampão pH 1,7 a 2,0 | MET BEB/003 e MET BEB/004 Bebidas em geral | 10 ml | 1 | 10 ml | 240 | 2400 | ml |
| Padrão MRC solução tampão pH 4,0 | MET BEB/003 e MET BEB/004 Bebidas em geral | 10 ml | 1 | 10 ml | 240 | 2400 | ml |
| Padrão MRC solução tampão pH 7,0 | MET BEB/003 e MET BEB/004 Bebidas em geral | 10 ml | 1 | 10 ml | 240 | 2400 | ml |
| Padrão MRC solução tampão pH 9,0 a 10,0 | MET BEB/003 e MET BEB/004 Bebidas em geral | 10 ml | 1 | 10 ml | 240 | 2400 | ml |
| Cloreto de potássio | MET BEB/003 e MET BEB/004 Bebidas em geral | 223,65 g | 1 | 223,65 g | 2 | 447,3 | g |
| Padrão MRC de Ácido cítrico | MET BEB/004- Bebidas em geral | 0,5 g | 1 | 0,5 g | 6 | 3 | g |
| Fenoltaleína | MET BEB/004 e MET BEB/009- Bebidas em geral | 1 g | 1 | 1 g | 4 | 4 | g |
| Álcool etílico P.A. | MET BEB/004 e MET BEB/009 Bebidas em geral | 60 ml | 1 | 60 ml | 4 | 240 | ml |
| Solução de Hidróxido de sódio 0,1N | MET BEB/004 e MET BEB/009 Bebidas em geral | 1 L | 1 | 1 L | 12 | 12 | L |
| Padrão MRC Biftalato de potássio | MET BEB/004 e MET BEB/009 Bebidas em geral | 0,204 g | 3 | 0,612 g | 12 | 7,344 | g |
| Sacarose P.A. | MET BEB/005- Bebidas não alcoólicas | 10 g | 1 | 10 g | 4 | 40 | g |
| Sacarose P.A. | MET BEB/005- Bebidas não alcoólicas | 40 g | 1 | 40 g | 4 | 160 | g |
| Sacarose P.A. | MET BEB/005- Bebidas não alcoólicas | 60 g | 1 | 60 g | 4 | 240 | g |
| Padrão MRC Ácido ascórbico | MET BEB/006- Bebidas não alcoólicas | 0,05 g | 1 | 0,05 g | 24 | 1,2 | g |
| Ácido oxálico | MET BEB/006- Bebidas não alcoólicas | 10 g | 1 | 10 g | 24 | 240 | g |
| 2,6 Diclorofenolindifenol | MET BEB/006- Bebidas não alcoólicas | 0,2 g | 1 | 0,2 g | 24 | 4,8 | g |
| Álcool etílico P.A. | MET BEB/008- Bebidas em geral | 50 ml | 1 | 50 ml | 12 | 600 | ml |
| Óxido de cálcio | MET BEB/008- Cervejas | 24 g | 1 | 24 g | 4 | 96 | g |
| Cloreto de sódio PA | MET BEB/008- Cervejas | 1 g | 1 | 1 g | 4 | 4 | g |
| Alumem de potássio | MET BEB/008- Cervejas | 12 g | 1 | 12 g | 4 | 48 | g |
| Ácido acético | MET BEB/009- Bebidas em geral | 4 g | 1 | 4 g | 12 | 48 | g |
| Amido | MET BEB/009- Bebidas em geral | 1 g | 1 | 1 g | 48 | 48 | g |
| Iodo P.A. | MET BEB/009- Bebidas em geral | 12,7 g | 1 | 12,7 g | 4 | 50,8 | g |
| Iodeto de potássio | MET BEB/009- Bebidas em geral | 24 g | 1 | 24 g | 4 | 96 | g |
| Iodo 1N | MET BEB/009- Bebidas em geral | 1 L | 1 | 1 L | 4 | 4 | L |
| Tiosulfato de sódio | MET BEB/009- Bebidas em geral | 12,45 g | 1 | 12,45 g | 4 | 49,8 | g |
| Iodeto de potássio | Padronização do Tiosulfato de sódio | 15 g | 1 | 15 g | 4 | 60 | g |
| Padrão de Dicromato de potássio | Padronização do Tiosulfato de sódio | 0,11 g | 3 | 0,33 g | 4 | 1,32 | g |
| Tetraborato de sódio decahidratado | MET BEB/009- Bebidas em geral | 20 g | 1 | 20 g | 4 | 80 | g |
| Gás acetileno | MET BEB/012 - Bebidas destiladas | 9 kg | 1 | 9 kg | 1 | 9 | kg |
| Padrão MRC de cobre | MET BEB/012- Bebidas destiladas | 10 ml | 1 | 10 ml | 6 | 60 | ml |
| Álcool etílico P.A. | MET BEB/013- Bebidas em geral | 100 ml | 1 | 100 ml | 24 | 2400 | ml |
| Álcool etílico P.A. | MET BEB/013- Bebidas em geral | 400 ml | 1 | 400 ml | 24 | 9600 | ml |
| Hidróxido de sódio PA | MET BEB/013- Bebidas em geral | 200 g | 1 | 200 g | 12 | 2400 | g |
| Padrão MRC Cafeína | MET BEB/015- Bebidas não alcoólicas | 0,0125 g | 1 | 0,0125 g | 4 | 0,05 | g |
| Acetonitrila | MET BEB/015- Bebidas não alcoólicas | 0,12 ml | 2 | 0,24 ml | 30 | 7,2 | ml |
| Membrana de filtração 0,45µm | Métodos por cromatografia líquida em bebidas não alcoólicas | 1 unit. | 1 | 1 unit. | 960 | 960 | unit. |
| Filtro de seringa de 0,22µm | Métodos por cromatografia líquida em bebidas não alcoólicas | 1 unit. | 2 | 2 unit. | 960 | 1920 | unit. |



Apr: 2023

FOR DLAB/017/001- Planejamento de consumo de reagentes/insumos

| FOR DLAB/017/001- Planejamento de consumo de reagentes/insumos | | | | | | | |
|--|---|---|-----------------------------|---|-------------------------|---|--|
| Identificação do reagente/insumo | Método de ensaio em que é utilizado /Matriz | Consumo por método de ensaio (g/mg/mL/L ou outra unidade de medida) | Nº de replicatas por ensaio | Consumo total das replicatas (g/mg/mL/L ou outra unidade de medida) | Demanda de ensaios/a/no | Total de consumo/ano (g/mg/mL/L ou outra unidade de medida) | |
| Padrão MRC Ácido ciclâmico | MET BEB/015- Bebidas em geral | 550 mg | 1 | 550 mg | 4 | 2200 mg | |
| Padrão MRC Acessulfame de potássio | MET BEB/015- Bebidas em geral | 30 mg | 1 | 30 mg | 4 | 120 mg | |
| Padrão MRC Sacarina | MET BEB/015- Bebidas em geral | 100 mg | 1 | 100 mg | 4 | 400 mg | |
| Padrão MRC Aspartame | MET BEB/015- Bebidas em geral | 300 mg | 1 | 300 mg | 4 | 1200 mg | |
| Ácido fosfórico | MET BEB/016- Bebidas em geral | 10 ml | 1 | 10 ml | 12 | 120 ml | |
| Fosfato de potássio monobásico | MET BEB/016- Bebidas em geral | 14,18 g | 1 | 14,18 g | 24 | 340,32 g | |
| Acetonitrila | MET BEB/016- Bebidas em geral | 200 ml | 1 | 200 ml | 24 | 4800 ml | |
| Pernanganato de potássio | MET BEB/017- Vinhos | 6,5 g | 1 | 6,5 g | 12 | 78 g | |
| Nitrato de prata | MET BEB/017- Vinhos | 17 g | 1 | 17 g | 4 | 68 g | |
| Cromato de potássio | MET BEB/017- Vinhos | 5 g | 1 | 5 g | 4 | 20 g | |
| Cloreto de sódio PA | MET BEB/017- Vinhos | 5,8448 g | 1 | 5,8448 g | 4 | 23,3792 g | |
| Ácido nítrico | MET BEB/017- Vinhos | 100 ml | 1 | 100 ml | 6 | 600 ml | |
| Éter etílico | MET BEB/017- Vinhos | 20 ml | 1 | 20 ml | 48 | 960 ml | |
| Tiocianato de potássio | MET BEB/017- Vinhos | 9,7185 g | 1 | 9,7185 g | 4 | 38,874 g | |
| Nitrato férrico | MET BEB/017- Vinhos | 100 g | 1 | 100 g | 4 | 400 g | |
| Hidróxido de bário | MET BEB/017- Vinhos | 50 g | 1 | 50 g | 4 | 200 g | |
| Padrão MRC de NaCl | MET BEB/017- Vinhos | 0,4 g | 1 | 0,4 g | 4 | 1,6 g | |
| Cloreto de bário dihidratado | MET BEB/018- Vinhos e fermentados acéticos | 12,804 g | 1 | 12,804 g | 4 | 51,216 g | |
| Ácido clorídrico | MET BEB/018- Vinhos e fermentados acéticos | 10 ml | 1 | 10 ml | 4 | 40 ml | |
| Ácido sulfúrico | MET BEB/018- Vinhos e fermentados acéticos | 28 ml | 1 | 28 ml | 4 | 112 ml | |
| Padrão MRC Ácido Benzóico | MET BEB/019- Bebidas em geral | 0,25 g | 1 | 0,25 g | 4 | 1 g | |
| Padrão MRC Ácido Sórbito | MET BEB/019- Bebidas em geral | 0,25 g | 1 | 0,25 g | 4 | 1 g | |
| Metanol (HPLC) | MET BEB/019- Bebidas em geral | 420 ml | 1 | 420 ml | 24 | 10080 ml | |
| Acetato de amônio | MET BEB/019- Bebidas em geral | 0,771 g | 1 | 0,771 g | 24 | 18,504 g | |
| Ácido acético | MET BEB/019- Bebidas em geral | 10 ml | 1 | 10 ml | 4 | 40 ml | |
| Padrão MRC Ácido ascórbico | MET BEB/021- Bebidas não alcoólicas | 0,025 mg | 1 | 0,025 mg | 24 | 0,6 mg | |
| Metanol (HPLC) | MET BEB/021- Bebidas não alcoólicas | 100 ml | 1 | 100 ml | 24 | 2400 ml | |
| Fosfato de potássio monobásico | MET BEB/021- Bebidas não alcoólicas | 1,36 g | 1 | 1,36 g | 24 | 32,64 g | |
| Padrão MRC Monoetilenoglicol | MET BEB/022- Cervejas | 600 mg | 1 | 600 mg | 4 | 2400 mg | |
| Padrão MRC Dietilenoglicol | MET BEB/022- Cervejas | 600 mg | 1 | 600 mg | 4 | 2400 mg | |
| 1,4 Butanodiol | MET BEB/022- Cervejas | 25 mg | 1 | 25 mg | 4 | 100 mg | |
| Acetona | MET BEB/022- Cervejas | 100 ml | 1 | 100 ml | 4 | 400 ml | |
| Álcool etílico (grau CG) | MET BEB/022- Cervejas | 130 ml | 1 | 130 ml | 4 | 520 ml | |
| Álcool etílico (grau CG) | MET BEB/022- Cervejas | 4 ml | 1 | 4 ml | 120 | 480 ml | |
| Acetonitrila | MET BEB/023- Bebidas em geral | 16 ml | 1 | 16 ml | 700 | 11200 ml | |
| Glicose MRC | MET BEB/023- Bebidas em geral | 0,2 g | 1 | 0,2 g | 4 | 0,8 g | |
| Sacarose MRC | MET BEB/023- Bebidas em geral | 0,2 g | 1 | 0,2 g | 4 | 0,8 g | |
| Frutose MRC | MET BEB/023- Bebidas em geral | 0,2 g | 1 | 0,2 g | 4 | 0,8 g | |
| Glicerol MRC | MET BEB/023- Bebidas em geral | 0,2 g | 1 | 0,2 g | 4 | 0,8 g | |
| Sulfato de cobre pentahidratado | Açúcares totais em bebidas em geral | 69,278 g | 1 | 69,278 g | 12 | 831,336 g | |
| Tartarato duplo de sódio e potássio | Açúcares totais em bebidas em geral | 346 g | 1 | 346 g | 12 | 4152 g | |
| Hidróxido de sódio PA | Açúcares totais em bebidas em geral | 100 g | 1 | 100 g | 12 | 1200 g | |
| Glicose anidra | Açúcares totais em bebidas em geral | 20 g | 1 | 20 g | 12 | 240 g | |
| Acetato neutro de chumbo | Açúcares totais em bebidas em geral | 20 g | 1 | 20 g | 4 | 80 g | |
| Azul de metileno | Açúcares totais em bebidas em geral | 1 g | 1 | 1 g | 4 | 4 g | |
| Carvão ativo | Açúcares totais em bebidas em geral | 0,5 g | 1 | 0,5 g | 960 | 480 g | |
| Oxalato de sódio | Açúcares totais em bebidas em geral | 0,8 g | 1 | 0,8 g | 960 | 768 g | |
| Hidróxido de sódio PA | Açúcares totais em bebidas em geral | 200 mg | 1 | 200 mg | 6 | 1200 mg | |
| Ácido clorídrico | Açúcares totais em bebidas em geral | 1 ml | 1 | 1 ml | 960 | 960 ml | |
| Padrão MR Corante amarelo tartrazina | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Padrão MR Corante amarelo crepúsculo | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Padrão MR Corante azul brilhante | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Padrão MR Corante azul indigotina | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Padrão MR Corante vermelho bordeaux's | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Padrão MR Corante vermelho ponceuax | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Padrão MR Corante vermelho 40 | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Padrão MR Corante vermelho eritrozina | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Padrão MR Corante vermelho E | Corantes artificiais em bebidas em geral | 0,1 g | 1 | 0,1 g | 2 | 0,2 g | |
| Ácido tartárico | Corantes artificiais em bebidas em geral | 1 g | 1 | 1 g | 960 | 960 g | |
| Ácido tartárico | Corantes artificiais em bebidas em geral | 10 g | 1 | 10 g | 12 | 120 g | |
| Hidróxido de amônio | Corantes artificiais em bebidas em geral | 1 ml | 2 | 2 ml | 960 | 1920 ml | |
| Citrato de sódio | Corantes artificiais em bebidas em geral | 4 g | 1 | 4 g | 24 | 96 g | |
| Ácido cítrico PA | Corantes artificiais em bebidas em geral | 4 g | 1 | 4 g | 24 | 96 g | |
| Cloreto de sódio PA | Corantes artificiais em bebidas em geral | 4 g | 1 | 4 g | 24 | 96 g | |
| Álcool etílico P.A. | Corantes artificiais em bebidas em geral | 100 ml | 1 | 100 ml | 24 | 2400 ml | |
| Ácido clorídrico | Anidrido sulfuroso- vinhos | 10 ml | 1 | 10 ml | 48 | 480 ml | |
| Bicarbonato de sódio | Anidrido sulfuroso- vinhos | 75,0534 g | 1 | 75,0534 g | 4 | 300,2136 g | |
| Tiossulfato de sódio | Anidrido sulfuroso- vinhos | 12,5126 g | 1 | 12,5126 g | 4 | 50,0504 g | |
| Amido | Anidrido sulfuroso- vinhos | 1 g | 1 | 1 g | 48 | 48 g | |
| Sulfato de cobre pentahidratado | Cobre- Bebidas alcoólicas por mistura | 3,927 g | 1 | 3,927 g | 2 | 7,854 g | |
| 2,2 Diquinotilo | Cobre- Bebidas alcoólicas por mistura | 0,2 g | 1 | 0,2 g | 4 | 0,8 g | |
| Álcool n-amílico | Cobre- Bebidas alcoólicas por mistura | 1 L | 1 | 1 L | 4 | 4 L | |
| Cloridrato de hidroxilamina | Cobre- Bebidas alcoólicas por mistura | 1 g | 1 | 1 g | 240 | 240 g | |
| Acetato de sódio | Cobre- Bebidas alcoólicas por mistura | 1 g | 1 | 1 g | 240 | 240 g | |
| Álcool etílico P.A. | Cobre- Bebidas alcoólicas por mistura | 80 ml | 1 | 80 ml | 4 | 320 ml | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | 0 | | 0 | |
| | | | | | | | |



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPA/SDA/DTEC/CGAL
Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP
Divisão Técnica Laboratorial - DLAB
Formulário – FOR

FOR DLAB/017/001- Planejamento de consumo de reagentes/insumos

Unidade: BEB Ano: 2023

Resumo geral de consumo de insumos/reagentes/ano

| Identificação do insumo/reagente | Total de consumo/ano (g/mg/mL/L ou outra unidade de medida) |
|---|---|
| Padrão MRC de acetaldeído | 14,4 |
| Padrão MRC de acetato de etila | 12 |
| Padrão MRC de metanol | 3 |
| Padrão MRC de 2-butanol | 1,2 |
| Padrão MRC de n-propanol | 12 |
| Padrão MRC de Isobutanol | 12 |
| Padrão MRC de n-butanol | 1,2 |
| Padrão MRC de álcool isoamílico | 12 |
| Padrão MRC de Furfural | 1,2 |
| Álcool etílico (grau CG) | 7000 |
| Padrão MR de Carbamato de etila | 240 |
| Carbamato de etila deuterado | 120 |
| Padrão MRC Monoetilenoglicol | 2406 |
| Padrão MRC Dietilenoglicol | 2406 |
| 1,4 Butanodiol | 400 |
| Gás Nitrogênio 5.0 | 4000 |
| Gás Ar sintético SS | 12000 |
| Gás Hidrogênio 5.0 | 4000 |
| Gás Hélio 5.0 | 4000 |
| Padrão MRC Ácido ascórbico | 1,8 |
| Padrão MRC Cafeína | 0,05 |
| Padrão MRC Ácido ciclâmico | 2200 |
| Padrão MRC Acessulfame de potássio | 120 |
| Padrão MRC Sacarina | 400 |
| Padrão MRC Aspartame | 1200 |
| Padrão MRC Ácido Benzoico | 1 |
| Padrão MRC Ácido Sórbito | 1 |
| Metanol (HPLC) | 12480 |
| Fosfato de potássio monobásico | 372,96 |
| Acetonitrila | 16007,2 |
| Padrão MRC de cobre | 60 |
| Gás acetileno | 9 |
| Padrão MRC solução tampão pH 1,7 a 2,0 | 2400 |
| Padrão MRC solução tampão pH 4,0 | 2400 |
| Padrão MRC solução tampão pH 7,0 | 2400 |
| Padrão MRC solução tampão pH 9,0 a 10,0 | 2400 |
| Cloreto de potássio | 447,3 |
| Padrão MRC Biftalato de potássio | 7,344 |
| Fenolftaleína | 4 |
| Padrão MRC de Ácido cítrico | 3 |
| Solução de Hidróxido de sódio 0,1N | 12 |
| Sacarose P.A. | 440 |
| Ácido oxálico | 240 |
| 2,6 Diclorofenolindofenol | 4,8 |
| Óxido de cálcio | 96 |
| Álcool etílico P.A. | 15560 |
| Amido | 96 |
| Tetraborato de sódio decahidratado | 80 |
| Iodeto de potássio | 156 |
| Iodo P.A. | 50,8 |
| Iodo 1N | 4 |
| Acetato neutro de chumbo | 80 |



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPA/SDA/DTEC/CGAL
Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP
Divisão Técnica Laboratorial - DLAB
Formulário – FOR

FOR DLAB/017/001- Planejamento de consumo de reagentes/insumos

| | |
|---------------------------------------|----------|
| Sulfato de cobre pentahidratado | 839,19 |
| Tartarato duplo de sódio e potássio | 4152 |
| Hidróxido de sódio PA | 4800 |
| Azul de metileno | 4 |
| Glicose anidra | 240 |
| Ácido clorídrico | 1480 |
| Iodeto de potássio | 156 |
| Padrão de Dicromato de potássio | 1,32 |
| Tiossulfato de sódio | 99,8504 |
| Carbonato de sódio anidro | 0 |
| Bicarbonato de sódio | 300,2136 |
| Amido | 96 |
| Cromato de potássio | 20 |
| Permanganato de potássio | 78 |
| Nitrato de prata | 68 |
| Ácido nítrico | 600 |
| Tiocianato de potássio | 38,874 |
| Nitrato férrico | 400 |
| Hidróxido de bário | 200 |
| Éter etílico | 960 |
| Cloridrato de hidroxilamina | 240 |
| 2,2 Diquinolilo | 0,8 |
| Álcool n-amílico | 4 |
| Padrão MRC de NaCl | 1,6 |
| Hidróxido de amônio | 1920 |
| Citrato de sódio | 96 |
| Ácido tartárico | 1080 |
| Ácido sulfúrico | 112 |
| Ácido acético | 88 |
| Carvão ativo | 480 |
| Ácido acético | 88 |
| Oxalato de sódio | 768 |
| Acetato de sódio | 240 |
| Cloreto de bário dihidratado | 51,216 |
| Glicose MRC | 0,8 |
| Sacarose MRC | 0,8 |
| Frutose MRC | 0,8 |
| Glicerol MRC | 0,8 |
| Cloreto de sódio PA | 123,3792 |
| Alumem de potássio | 48 |
| Membrana de filtração 0,45µm | 960 |
| Filtro de seringa de 0,22µm | 1920 |
| Ácido fosfórico | 120 |
| Acetato de amônio | 18,504 |
| Acetona | 400 |
| Padrão MR Corante amarelo tartrazina | 0,2 |
| Padrão MR Corante amarelo crepúsculo | 0,2 |
| Padrão MR Corante azul brilhante | 0,2 |
| Padrão MR Corante azul indigotina | 0,2 |
| Padrão MR Corante vermelho bordeaux's | 0,2 |
| Padrão MR Corante vermelho ponceuax | 0,2 |
| Padrão MR Corante vermelho 40 | 0,2 |
| Padrão MR Corante vermelho eritrozina | 0,2 |
| Padrão MR Corante vermelho E | 0,2 |
| Ácido cítrico PA | 96 |
| | 0 |
| | 0 |

Anexo II - IT DLAB_044_005_Levantamento de Preços.pdf

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços**1.0 Objetivo**

Descrever procedimento para realização da pesquisa de preços de itens para aquisição, em cumprimento a Lei de Licitações e Contratos administrativos (14.133/2021), para aquisição de bens e contratação de serviços em geral disciplinados pela Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021 do Ministério da Economia.

2.0 Aplicação

Aplica-se aos colaboradores da equipe de apoio da DLAB, aos Responsáveis/Substitutos das Unidades Técnicas e apoio, Chefe/Substitutos da DAD e Responsáveis/Substitutos de outros Núcleos, Serviços e Setores do LFDA-SP.

3.0 Siglas e Definições

- **ARP:** Ata de registro de preços;
- **Carona ou Adesão:** Quando um órgão se utiliza do registro de preços instituído por outro órgão para obter bens e serviços sem ter participado do planejamento da contratação e da respectiva licitação;
- **CATMAT:** É um catálogo para descrição e codificação de materiais. São códigos catalogados imprescindíveis para aquisições das compras federais;
- **CATSER:** É um catálogo para descrição e codificação de serviços;
- **Comprasnet:** Sistema de compras eletrônicas do governo federal;
- **DAD:** Divisão Administrativa;
- **ETP :** Estudo técnico preliminar;
- **IRP:** Intenção de registro de preços – permite à Administração tornar públicas suas intenções de realizar Pregão para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais, que tenha interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia e escala;
- **PGC:** Planejamento e gerenciamento de contratações é uma ferramenta que consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar no exercício subsequente;
- **DFD:** Documento de formalização de demanda;
- **SEI:** Sistema Eletrônico de Informações;
- **SIAF:** Sistema Integrado de Administração Financeira;
- **Unidade solicitante:** DAD, Unidade, Núcleos, Serviços e Setores.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços**4.0 Procedimento**

A solicitação para a pesquisa de preços de itens da área técnica e outros itens pode ser encaminhada à DLAB pela DAD, ou por outras Unidades e Núcleos, Serviços e Setores do LFDA-SP, por meio de processo SEI ou por e-mail. A Chefe/Substituta da DLAB encaminha então a solicitação para a equipe de apoio da DLAB. Quando gerada na DLAB, a solicitação é enviada para a equipe de apoio da DLAB através de processo SEI ou por e-mail.

4.1 Listagem de itens e transcrição para o FOR DLAB/030

A equipe de apoio da DLAB recebe o FOR DLAB/029- Listagem de itens com os itens a serem pesquisados; nessa listagem consta:

- CATMAT;
- Grupo: O grupo corresponde a uma classificação de itens pelo SIAFI. Exemplo: Material laboratorial;
- Subgrupo: É uma subdivisão pertencente a um grupo;
- Descrição dos itens: Descrição detalhada, mas objetiva do que está sendo solicitado, onde permite-se usar referências;
- Unidade de medida: Unidade de medida para solicitação do produto exemplo: unidade, grama, miligrama, litro, mililitro etc.;
- Quantidade mínima: Corresponde geralmente a 1/3 da quantidade total, porém não é regra. É a quantidade mínima a ser adquirida;
- Quantidade total: Quantidade total solicitada;
- Valor unitário: Valor de um item em sua menor divisão;
- Valor total: Valor unitário multiplicado pelo total de itens solicitados;
- Responsável pela avaliação: Unidade que solicitou a maior quantidade do item referenciado;
- Unidades laboratoriais: Unidades que estão solicitando o item, podendo ser uma única Unidade ou mais de uma;
- Justificativa para aquisição: Justificativa necessária para entender o motivo da Unidade estar solicitando o item;
- Justificativa da quantidade: Justificativa que a Unidade precisa relatar para entendimento do motivo da quantidade do item solicitado;

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

- Previsão PGC: Indicar o número do DFD referente ao grupo de compras;

Nota 1: A Unidade solicitante fica responsável por adicionar ao FOR DLAB/029 os códigos corretos do CATMAT, assim como as unidades de medida que necessitam estar de acordo com o código referenciado. Para consulta ao código CATMAT, acessar o link: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>. Não estão sendo aceitos os códigos genéricos de CATMAT, portanto é necessário a busca por um código que melhor atenda ao item solicitado atentando-se a unidade de medida.

Nota 2: A DLAB calcula a quantidade mínima a ser solicitada, respeitando o total pedido. Esse valor mínimo geralmente representa 1/3 do solicitado, mas pode sofrer variações.

Nota 3: Se duas ou mais Unidades solicitarem o mesmo item, a unidade que pediu um maior quantitativo ficará responsável pela avaliação posterior no FOR DLAB/030.

Nota 4: As pesquisas são separadas em categorias de grupos e subgrupos conforme a DS DLAB/017.

Nota 5: Para a DAD, não é obrigatório o preenchimento das colunas de CATMAT, Grupo e Subgrupo, pois tais informações serão preenchidas posteriormente pela DAD. Também na coluna Justificativa para aquisição pode ser preenchida uma única vez para todos os itens do FOR DLAB/029, se pertinente.

Nota 6: As informações referentes a descrição dos itens, unidades de medida, quantidade total, CATMAT e Unidade que realizará as avaliações, são transferidas do FOR DLAB/029 para o FOR DLAB/030 - Planilha de custos estimados.

4.2 Pesquisa de preços

4.2.1 Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021 (Lei 14.133 de 01/04/2021)

Para realização da pesquisa de preços, deve-se proceder de acordo com a Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021 do Ministério da Economia.

Nota: Qual modalidade licitatória a ser utilizada para aquisição dos itens e contratos é definido pela equipe de licitações da DAD.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços**• Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021 art. 5º e 6º**

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

- a) *descrição do objeto, valor unitário e total;*
- b) *número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;*
- c) *endereço físico e eletrônico e telefone de contato;*
- d) *data de emissão; e*
- e) *nome completo e identificação do responsável.*

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

Metodologia para obtenção do preço estimado

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexecutáveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

§ 3º Para desconsideração dos valores inexecutáveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

§ 4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 6º Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

4.2.2 Organização documental da pesquisa de preços

Toda documentação gerada na pesquisa de preços, incluindo todos os formulários utilizados, estão sendo arquivados no Drive da DLAB. Outras ferramentas para trabalho e arquivamento da documentação podem ser utilizadas conforme a necessidade da DLAB e serão comunicadas às Unidades solicitantes quando necessário.

4.2.3 Busca de preços e preenchimento FOR DLAB/030

A busca de preços para pesquisa é possível através de painel de preços, plataformas com avançado banco de dados que contém preços de produtos adquiridos em licitações no País (ex: Banco de preços), cotação direta através de e-mail com fornecedores, plataforma e-commerce de fornecedores e cotação direta na internet (shopping virtual).

Nota 1: Evitar cotação de sites de intermediadores de vendas como: Mercado livre e etc. Esses sites tendem a reunir uma gama ampla de revendedores, que tendem a não atender o valor real do mercado.

Nota 2: É possível a pesquisa de fornecedores nas ARPs (Atas de Registro de Preços) anteriores. A pesquisa dessas ARPs é possível no Compras.gov.br.

Quando o orçamento for solicitado por e-mail a um fornecedor, proceder como abaixo:

- Utilizar e-mail corporativo (quando possível copiar a pesquisadepreco.lfda-sp@agro.gov.br);
- Colocar o máximo de orientações possíveis, para que o fornecedor entenda o que está sendo solicitado. Quando a cotação for de muitos itens, preferencialmente preparar uma listagem para ser anexa ao e-mail;
- Quando possível, já no corpo do e-mail descrever os dados da empresa solicitante (nome, endereço, CNPJ etc.);
- Importante relatar tanto no assunto quanto no corpo do e-mail a urgência da cotação;
- O e-mail enviado ao fornecedor deve ser convertido em PDF e salvo na pasta ou ferramenta que a DLAB estará utilizando no momento para realização do processo.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

Nota 3: Solicitar no e-mail para itens específicos manuais, certificados, links para consultas, pois tais referências auxilia as Unidades no momento das avaliações.

Nota 4: Para materiais de referência certificados de acordo com a ISO 17034, solicitar que os fornecedores encaminhem o código determinado pelo fabricante para o material oferecido e/ou certificado que demonstre a certificação solicitada. Nos casos em que não for possível a avaliação das especificações via website do provedor, o encaminhamento do certificado é obrigatório. Quando possível, solicitar o lote a ser ofertado para conferência da data de validade. A avaliação dos orçamentos pode ser feita pela Unidade solicitante ou pela Chefe/Substituta da DLAB.

Nota 5: Ao enviar e-mails aos fornecedores, deve-se preencher o FOR DLAB/031-Lista de fornecedores. Colocar o nome da empresa, e-mail e assinalar posteriormente se o e-mail obteve resposta, ou não, e se obteve resposta negativa, qual o motivo do fornecedor não emitir o orçamento quando aplicável.

Quando do recebimento do orçamento e preenchimento do FOR DLAB/030 proceder:

- Ao recebimento do orçamento, avaliar se todas as informações descritas estão presentes. Além do produto ofertado informações como: unidade de medida ofertada, encargos, impostos e frete deve constar no orçamento. Caso seja necessário, solicitar novo orçamento corrigido ou informações complementares para avaliação da Unidade solicitante;
- Após avaliação do orçamento preencher o FOR DLAB/030, onde cada coluna é correspondente a um fornecedor. Inserir o nome do fornecedor (empresa) juntamente a identificação do seu porte ME (microempresa) EPP (empresa de pequeno porte) ou DEMAIS (empresa de grande porte), identificação do orçamento (quando se tratar de orçamentos enviados por e-mail que geralmente possui uma numeração), CNPJ do fornecedor e valor unitário do item com todos os encargos inseridos como memória de cálculo quando necessário. Exemplo da figura 1.


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

| | | |
|----------------------------|--------------------------|--|
| Fornecedor : | BIO RESEARCH - EPP | Nome do fornecedor + porte da empresa |
| Ident. da proposta: | BR21-63749- BIO | Código de identificação do orçamento |
| CNPJ: | 00.868.405/00 01-46 | Numeração CNPJ |
| | | Célula para inserção do valor unitário do item. Quando necessário inserir memória de cálculo. |

Figura 1: Exemplo preenchimento FOR DLAB/018

Nota 6: A consulta de porte da empresa é possível através do link:
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp.

Nota 7: Para as pesquisas realizadas na internet identifica-se o fornecedor, porte e CNPJ igualmente ao realizado nos orçamentos enviados por fornecedores, exceto que no campo de identificação da proposta coloca-se “web”, pois não é gerado uma numeração conforme propostas formais.

Quando da pesquisa de preços for realizada através de: painel de preços, banco de preços e internet proceder como abaixo:

- As pesquisas realizadas em painel de preços e plataformas como a do banco de preços geram relatórios que devem ser salvos em PDF. Esses relatórios devem ser salvos na pasta designada pela DLAB ou outra ferramenta;
- O relatório do banco de preços fornece a média dos preços obtidos selecionados, portanto essa média que será descrita no valor unitário do item no FOR DLAB/030.
- Para as pesquisas realizadas em e-commerce de empresas e shoppings virtuais deve-se gerar o print, constando além do preço a maior quantidade possível de informações do produto, frete e encargos quando aplicável. A data e horário da extração da imagem do site deve constar no orçamento;
- A partir do print gerar um arquivo em PDF e salvar na pasta ou ferramenta designada;
- O preço pesquisado unitário deve ser inserido no FOR DLAB/ 030 e quando necessário através de memória de cálculo adicionar todos os encargos referentes ao item. Na DS DLAB/018 alguns exemplos de cálculos estão sendo relacionados, porém não é regra devido às particularidades encontradas durante a pesquisa.

Nota 8: Durante a realização da pesquisa é comum o contato entre a equipe de apoio e a Unidade solicitante. Qualquer alteração de descrição, quantidade ou exclusões de itens deve ser

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

solicitadas por e-mail. Esses e-mails são salvos em PDF e arquivados nas pastas ou ferramentas que a DLAB utiliza no momento da pesquisa.

4.2.4 Número de orçamentos e parâmetros

- São necessários, no mínimo, 03 (três) orçamentos (quando aplicável) para formação da planilha por item. Caso este número mínimo de orçamentos não seja alcançado, justificar no campo observações presente no FOR DLAB/030;
- A medida de dispersão “coeficiente de variação” deve ser utilizada para definir quando utilizar a média ou a mediana na estimativa de preço, conforme procedimento na Nota Técnica Levantamento de Preços DS DLAB/019, que deve ser encaminhada junto com a pesquisa de preços;

Nota 1: No FOR DLAB/030 a quantidade de propostas por item é possível ser identificada através de formatação condicional na planilha. Quando o item possui apenas um preço, a célula referente a quantidade de propostas ficará na coloração laranja, em amarelo quando tiver 02 preços e verde quando atingir 03 ou mais preços.

Nota 2: Quando possível, realizar consulta a cotações anteriores de outros LFDA's, principalmente com itens de alto valor monetário para se ter parâmetro de comparação e identificar possíveis discrepâncias de valores.

Nota 3: De preferência e quando possível, após a finalização do preenchimento do FOR DLAB/030, realizar a conferência dos cálculos por outra colaboradora da equipe de apoio da DLAB.

4.2.5 Avaliação das Unidades

- Ao finalizar a etapa de levantamento de preços, a chefia da DLAB deve ser avisada que o FOR DLAB/030 está pronto para avaliação das Unidades. Com anuência da mesma e estipulado um prazo, o FOR DLAB/030 juntamente com os orçamentos devem ser disponibilizados através de e-mail, pasta compartilhada na rede interna ou ferramentas da WEB como Google Drive;
- As Unidades identificadas no campo “Avaliado” do FOR DLAB/030 devem fazer a avaliação das propostas;
- Se as avaliações das propostas forem realizadas no Google Drive proceder conforme a IT DLAB/053;
- A avaliação deve ser realizada diretamente no arquivo em Excel ou na Planilha Google (quando disponibilizada no Google Drive); A Unidade deve realizar a inserção de comentário em cada célula que contenha o valor da proposta, podendo aprovar (figura 2) ou reprovar (figura 3). A não aprovação é realizada mediante justificativa (de forma sucinta).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 MAPA/SDA/DTEC/CGAL
 Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP
 Divisão Técnica Laboratorial- DLAB
 Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

Figura 2: Proposta aprovada

Figura 3: Proposta reprovada

4.2.6 Encerramento da pesquisa

- Após avaliação das Unidades os itens reprovados devem ser excluídos da somatória do valor final;
- O FOR DLAB/030 deve ser aprovado pela Chefia da DLAB ou da Unidade, Núcleo, Serviço ou Setor solicitante;
- Excepcionalmente, mediante visto da Chefia da DLAB ou da Unidade, Núcleo, Serviço ou Setor solicitante, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores;
- As justificativas devem ser relatadas pela Chefia da DLAB ou da Unidade, Núcleo, Serviço ou Setor solicitante no FOR DLAB/030.

Nota 1: Para a administração, a planilha de orçamento representa o produto do somatório do valor total estimado de cada item discriminado (valor total da aquisição) gerando-se o valor estimado para a reserva orçamentária e limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

Nota 2: Quando a pesquisa for realizada a pedido da DAD ou SGBIO, a avaliação das propostas e aprovação da pesquisa de preços serão realizadas pela demandante.

4.2.7 Documentos para serem inseridos ao sistema SEI

É responsabilidade da equipe de apoio da DLAB consolidar e salvar em PDF os seguintes arquivos para serem inseridos no SEI:

- Relatórios painel de preços e/ou banco de preços;
- E-mails enviados a fornecedores;
- E-mails de respostas negativas de fornecedores;
- Propostas enviadas por fornecedores;
- Cotações encontradas na internet como em e-commerce de empresas ou shopping virtual;
- E-mails com alterações e exclusões;
- FOR DLAB/030 – planilha de custos estimados (já com as avaliações das Unidades e finalizada com o valor total dos itens);

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

- FOR DLAB/029 – Listagem de itens (com todas as alterações realizadas, com valores unitários e total de acordo com o FOR DLAB/030);
- FOR DLAB/031- Lista de fornecedores;
- ETP, Notas técnicas e FORM SLI/001 (responsabilidade de preenchimento pela Chefe/Substituta DLAB);
- FOR DLAB/032 - Declaração de pesquisa de preço para processo SEI (Identificar o nº do processo, link SEI Pesquisa de Painel de Preços/Outros órgãos, link SEI E-mails enviados, link SEI propostas recebidas dos fornecedores, link SEI respostas negativas de fornecedores, itens com menos de três preços na planilha de custo e justificativa para os itens com menos de 3 preços.

Nota 1: É responsabilidade da Chefe/Substituta da DLAB avaliar os formulários referentes a pesquisa de maneira a aprová-los antes de serem enviados ao processo SEI e à DAD ou aos outros solicitantes.

Nota 2: A equipe de apoio da DLAB deve enviar para SEC quando necessário o FOR SEC/008 com os itens que não foram cadastrados no PGC/DFD.

4.3 Participação em IRP e Carona/Adesão

É responsabilidade das Unidades interessadas em participação em IRP e/ou Carona seguir o preconizado na IT SEC/005. Encaminhar um e-mail para dlab.lfda-sp@agro.gov.br com cópia para pesquisadepreco.lfda-sp@agro.gov.br quando a Unidade necessitar de auxílio para tal atividade.

Nota: A equipe de apoio da DLAB auxilia na pesquisa de preços e busca por ATAs vigentes.

5.0 Documentos Complementares

- FOR DLAB/030 - Planilha de custos estimados;
- FOR DLAB/029 - Listagem de itens;
- FOR DLAB/031 - Lista de fornecedores;
- FOR DLAB/032 - Declaração de pesquisa de preço para processo SEI;
- DS DLAB/017 - Grupos e subgrupos de pesquisa de preço;
- DS DLAB/018 - Exemplos cálculos preços;
- DS DLAB/019 - Nota técnica levantamento de preços;
- IT DLAB/053 - Utilização de planilhas compartilhadas no Google Drive para levantamento de preços;
- IT SEC/005 - Participação em IRP e Carona em Ata de outros Órgãos;
- FORM SLI/001 - Solicitação de Compras de Materiais e Equipamentos;


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

- FOR SEC/008 - Demandas do Plano de Contratações Anual para cadastrar fora do prazo;
- IT SEC/005 – Participação em IRP e Carona em Ata de outros Órgãos;
- Lei 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021;
- <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sistema-de-planejamento-e-gerenciamento-de-contratacoes>;
- <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

6.0 Controle de Alterações

| ITEM | DESCRIÇÃO DA ALTERAÇÃO |
|-------|---|
| Geral | <ul style="list-style-type: none"> • Substituiu-se “ FORM DLAB/097, 106 e 107” ,por, “ FOR DLAB/030, 029 e 031. |
| 1.0 | <ul style="list-style-type: none"> • Excluiu-se Lei 8666/1993; • Excluiu-se IN Nº 073 de 05 de agosto de 2020; • Excluiu-se Nota. |
| 2.0 | <ul style="list-style-type: none"> • Incluiu-se: Núcleos, Serviços e Setores |
| 3.0 | <ul style="list-style-type: none"> • Inseriu-se ao último marcador: “Núcleos, Serviços e Setores”. |
| 4.1 | <ul style="list-style-type: none"> • Excluiu -se na <i>Nota 1 “Em caso de não encontrar o código adequado para o item, utiliza-se o código genérico”</i>. • Inseriu-se a Nota 1: <i>Não estão sendo aceitos os códigos genéricos de CATMAT, portanto é necessário a busca por um código que melhor atenda ao item solicitado atentando-se a unidade de medida.</i> |
| 4.2.1 | <ul style="list-style-type: none"> • Excluiu-se a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020 e todos os seus parâmetros descritos no texto; • Substituiu-se na <i>Nota</i>: “Qual Instrução Normativa a ser utilizada dependerá do tipo de aquisição que será realizada (pregão, compra direta, dispensa de licitação etc). Tal definição da Instrução é definida pela equipe de licitações da DAD. A tomada de preços por parte da equipe de apoio da DLAB utiliza os parâmetros semelhantes nas duas Instruções.” ,por, “Qual modalidade licitatória a ser utilizada para aquisição dos itens é definido pela equipe de licitações da DAD.” |
| 4.2.2 | <ul style="list-style-type: none"> • Substituiu-se “na pasta – F- DLAB – Geral - Pesquisa de preços” ,por, “no Drive da DLAB”. |


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

MAPA/SDA/DTEC/CGAL

Laboratório Federal de Defesa Agropecuária em São Paulo – LFDA/SP

Divisão Técnica Laboratorial- DLAB

Instrução – IT

IT DLAB/044/005 - Levantamento de preços

| | |
|-------|---|
| 4.2.7 | <ul style="list-style-type: none"> • Inseriu-se o 11º marcador; • Inseriu-se Nota 2. |
| 5.0 | <ul style="list-style-type: none"> • Substituiu-se: FORM DLAB/097, 106 e 107 ,por, FOR DLAB/030, 029 e 031; • Inseriu-se: FOR DLAB/032; • Substituiu-se Anexo A, B e C por DS DLAB/019, 017 e 018; • Substituiu-se IU DLAB/007 por IT DLAB/053; • Inseriu-se FOR SEC/008; • Excluiu-se “Lei 8.666/1993 - Normas para licitações e contratos da Administração Pública” e Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020. |